



MEMÓRIA, MUSEU E PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB O OLHAR DA ARQUITETURA

Danielly Guimarães Nogueira Andrade¹
Argemiro Ribeiro de Souza Filho²

INTRODUÇÃO

O Patrimônio Histórico, concebido aqui como uma relação entre memória social (CARLAN, 2008, p.82) e soma dos bens culturais, agrega conjuntos de informações, cotejando memórias e documentos, além de benefícios culturais, turísticos e um legado de história que define o passado, confronta com o presente e embasa o futuro. O presente trabalho, pretende incentivar a valorização e defesa do Patrimônio Histórico, analisando e discutindo os valores e possíveis desinteresses diante os monumentos que caracterizam a história e cultura de seu lugar. Mais detidamente, os esforços desse estudo terão como enfoque o Patrimônio Histórico, Museu e Memórias, que, dentre outras finalidades, encontra-se a de preservar e aumentar o acervo sobre conhecimentos e biografia da cultura e Arquitetura.

METODOLOGIA

Para a análise patrimonial, fez-se necessário revisões bibliográficas crítica e exploratória, bem como confrontar os dados das pesquisas, com os artifícios do passado com o presente. Produção de comunicações e acúmulo teórico, visando disseminar a importância do patrimônio e a valorização da pesquisa, aspirando não somente informações, mas o despertar na sociedade o anseio por sua história.

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Independente do Nordeste, FAINOR, Brasil.

2 Docente da Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR; Doutor em Ciências pela USP e Pesquisador do grupo de pesquisa: Estado e Política no Brasil Imperial e Republicano (GEPS). Endereço eletrônico: argemiro@fainor.com.br



RESULTADOS E DISCUSSÃO

No conjunto de bens culturais produzidos pela humanidade, a Arquitetura constitui um testemunho excepcional na formação da memória histórica dos povos e na formação da identidade (TRENTIN, 2005). Esta ciência é um testemunho sedimentado e acumulado dos modos de vida do homem, não só daqueles que a conceberam na origem, mas também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados. Algumas obras arquitetônicas alcançam o valor de monumentos, seja por seu valor intrínseco seja por sua situação histórica. Preservá-las e incorporá-las na vida da cidade, é um desafio para os gestores urbanísticos das cidades.

A defesa de um patrimônio material ou imaterial (BARROS; BARROS; MARDEN, 2013, p.62), faz-se simultaneamente de uma preservação cultural, para que o homem tenha um passado e de tal modo a ser capacitado para decidir sobre seu futuro. Caso contrário, sua tendência será acreditar na história que lhe for contada, como sendo sua história, e sua identidade passará a ser aquela moldada por outros (BARROS; BARROS; MARDEN, 2013, p.151). Em detrimento disso, observa-se uma alteração na compreensão do patrimônio. O que antes era visto como obstáculo ao desenvolvimento, agora é visto como uma condição para ele.

O monumento histórico foi preservado durante três séculos sob a forma de ilustrações em livros. Só no século XVIII com o advento da Revolução Francesa e da Revolução Industrial é que começou a se pensar na preservação do patrimônio histórico *in situ* (CHOAY, 2001.3). Deste ponto em diante junto com o advento da cidade moderna surge o questionamento e impasse sobre a conservação do que se refere a patrimônio histórico. A preservação do patrimônio é um grande desafio, porém, a cidade atual não pode se agregar e funcionar a não ser a custa, pelo menos em parte, da pólis antiga (TRENTIN, 2005). A urben deve ser pensada em seu conjunto, antiga e moderna, não se pode admitir que, a mesma, conste de uma parte histórica com valor qualitativo, e de uma parte não-histórica com caráter puramente quantitativo (ARGAN, 1998).

Interessamos aqui discutir e analisar a concepção de museu, que, por exemplo, é retratado como um dos símbolos ao que se refere a monumento e patrimônio histórico. Estabelecido com uma função mais do que um centro de lazer e turismo, a instituição, é um local de aprendizado (CARLAN, 2008, p.82), e por meio da disponibilização das informações, de maneira acessível, o conceito de museu será desempenhado. Portanto, e de maneira geral, não se pode ver o patrimônio como algo estático e não funcional, mas



sim como algo dinâmico e inerente a sociedade. Logo, a população precisa e deve ser integrada na discussão da preservação para que a mesma construa uma identidade com o patrimônio cultural e conseqüentemente se torne aliada ao conjunto da sociedade, na proteção e na vigia dos bens. Ao ver que a participação da população é o ponto essencial para que a política de preservação tenha êxito com o tempo, Gutiérrez, considera que, só se conserva aquilo que se utiliza, e os novos usos dos espaços asseguram a continuidade de respostas adequadas às novas necessidades, dentro da evolução da cidade (1989. p.129).

A partir de 1792, após a Revolução Francesa, surge os primeiros decretos e aparatos jurídicos para proteção do Patrimônio Histórico em França. A confirmação e instauração desta legislação dar-se quando o Louvre, em 1793, é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Assim, os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorreria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais (CARLAN, 2011, p.30). No Brasil, essa confirmação deu-se com o Museu Real (hoje Museu Nacional, antigo palácio de D. Pedro II), na qual o próprio monarca Pedro II, doou a primeira coleção de História Natural (CARLAN, 2011, p.31).



Figura 01: Museu do Louvre.

Fonte: Passeando a limpo³



Figura 02: Museu Nacional

Fonte: Moura Ramos⁴

Os museus, em particular, os patrimônios, em geral, e as instituições públicas, não podem ficar com as portas fechadas para a população. Assim, a cultura material prosseguirá no seu caminho, de construção, ou melhor, de reconstrução do passado histórico.

Outro fator de conservação e/ou extinção do patrimônio dar-se ao confronta-lo com o centro da cidade, que, em geral, é a origem de toda a urbanização. Nele se encontra a parte mais antiga e histórica de suas vivências. Algumas vezes, por um crescimento da cidade, o centro comercial se muda para uma outra delimitação, formando assim o centro histórico e o mercantil. A exemplo tem-se a cidade de Salvador, Bahia. Essa medida pode ter sido pensada

³ Disponível em: < <http://passeandoalimpo.com.br/2016/03/01/museu-do-louvre-paris/>>. Acesso em: 22 de Abril de 2017.

⁴ Disponível em: <<http://graficamouramos.blogspot.com.br/2016/05/18-de-maio-dia-mundial-dos-museus.html?m=1>>. Acesso em: 22 de Abril de 2017



como uma forma de preservação para as histórias, culturas e, principalmente, a Arquitetura do lugar. A ampliação desordenada e não programada do comércio, e conseqüentemente, do centro; junto a paralização, em relação a função, dos centros históricos, tem feito que os mesmos percam o seu espaço. Para muitos, essa herança em locais de grande valorização comercial é considerada uma perda de espaço.

A tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade [...]. Não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver (TOMAZ, 2010).

Como visto, pode-se constatar a quase ou total extinção desses núcleos históricos em cidades sem planejamentos. Exemplo disso é a cidade de Vitória da Conquista na Bahia. Inicialmente habitado por indígenas até a chegada de portugueses, em 1750, o centro principal e sua arquitetura são traçados de fatos e acontecimentos que contextualizam as suas existências, na intrínseca relação entre cidade, arquitetura, espaço urbano e memória social. Vendo no comércio a principal fonte de renda da cidade e situando a maior parte histórica nessa localidade, a mesma tem sido extinguida e não valorizada. Infelizmente, casarões e monumentos tem sido substituído por estruturas modernas. Fotos a seguir exemplificarão esses processos:



Figura 03: Sobrado / Banco do Brasil

Fonte: Licuri⁵

5 Disponível em: <<https://licuri.wordpress.com/tag/vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 09 de Abril de 2017.



Figura 04: Cine Glória / Igreja Universal

Fonte: Licuri⁶

É possível, a vista de tudo isso, observar que muitas vezes, por motivos meramente comerciais, prefere-se demolir o “velho”, por considerá-lo impróprio, e substituí-lo pelo “novo”, mais contemporâneo e funcional, mais adequado às necessidades da vida moderna, sempre exigente em suas demandas (TOMAZ, 2010). As transformações são inerentes à sociedade e à evolução junto a modernização e dissociável ao processo de urbanização. Porém, seria impossível pensar em evolução do espaço se no andamento não tivesse a existência do tempo histórico. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em contínua evolução (SANTOS, 1979, p.43).

CONCLUSÃO

Analisado durante o trabalho conceitos, origens e trajetória do que se entende por Patrimônio Histórico, observamos muitas vezes a extinção gradual de alguns desses bens em contraponto com as suas importâncias para a formação da sociedade. Visto que, o patrimônio imaterial junto a memória coletiva faz-se concreto no espaço, é materializado, carregado de símbolos e significados que fazem sentido no coletivo do espaço, na identidade do lugar, na memória da cidade. Pelo que se constatou aqui, a cultura então é materializada em forma de patrimônio. Logo sua revitalização e preservação é mais do que conservar edificações antigas, mas sim toda herança de cultura e tradições da história e dos antepassados.

⁶ Disponível em: <<https://licuri.wordpress.com/tag/vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 09 de Abril de 2017.



Palavra-chave: Patrimônio Histórico. Memória Cultural. Museus. Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio C. **História da Arte como História da Cidade**. Martins fontes, 1998, p.13-72.

BARROS, Júlio Cesar Victoria.; BARROS, Alzira Costa Rodrigues.; MARDEN, Sanzio. **Restauração do Patrimônio Histórico:** uma proposta para a formação de agentes difusores/ Júlio Cesar Victoria, Alzira Costa Rodrigues Barros, Sanzio Marden. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2013.

CARLAN, Claudio Umpierre. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. **História**, v.27, n.2, p.75-88, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a05>

v27n2.pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2017.

_____. **Patrimônio e arqueologia:** Os acervos museológicos e a memória nacional. Unifal – MG / Fapemig, p.29-36, 2011. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/snmuseus/files/file/ANAIS%20IIISNMUSEUS%20MUSEU%20E%20MEMORIA.pdf>>. Acesso em 20 de Abril de 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora Unesp/Estação Liberdade, São Paulo, S.P., 2001.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura latino-americana:** textos para reflexão e polêmica. São Paulo, Nobel, 1989

SANTOS, Milton. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SILVA, Fábio E. **Gráfica Moura Ramos**. Paraíba- PB. 18 de maio de 2016. Disponível em: <<http://graficamouramos.blogspot.com.br/2016/05/18-de-maio-dia-mundial-dos-museus.html?m=1>>. Acesso em: 22 de Abril de 2017.

TOMAZ, Paulo Cezar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. v.7, n.2, 2010.



XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

TRETIN, Patrícia. O patrimônio cultural edificado e sua gestão: A preservação e conservação do patrimônio histórico na cidade moderna. **Drops**, v.012, n.05, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/06.012/1660>>. Acesso em 09 de Abril de 2017.